



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

ACTA N.º 7/08

SESSÃO ORDINÁRIA DE SETEMBRO

25 de Setembro de 2008

A Sessão foi iniciada às 20 horas.-----

Mesa da Assembleia: **Presidente, António Ramos Preto**-----

Primeiro Secretário, Rui Miguel Queiroz Correia -----

Segundo Secretário, Elisabete da Silva Ferreira -----

Membros presentes: Todos com excepção dos Senhores Augusto Ferreira Guedes, Carlos Manuel Gonçalves Jerónimo, António Carlos Ribeiro Costa da Silva Guedes, conforme constam da relação anexa.-----

Estiveram presentes por parte da Câmara Municipal, o Senhor Presidente, Joaquim Raposo e os Senhores Vereadores Júlio Vilas Boas Costa, Carla Tavares, João Bernardino, Gabriel Oliveira, Carlos Reis, Rita Mafalda Madeira, António Alves Nunes, Eduardo da Silva Rosa, Filipe Ferreira e António Moreira.-----

O Senhor **Presidente da Assembleia** informou que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Buraca se fez representar, nesta Sessão, pelo seu substituto legal o Senhor Luís Miguel Lourenço Ascensão. (Documento anexo à presente Acta).-----

Verificado o quórum, o Senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a Sessão.-----

I – SUBSTITUIÇÃO

O Senhor **Presidente da Assembleia** informou que, ao abrigo do n.º 1 do Art.º 78.º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, solicitaram a sua substituição, nesta Sessão, os Senhores Augusto Ferreira Guedes do PS, para o dia vinte e cinco de Setembro (Documento anexo à presente Acta), Carlos Manuel Gonçalves Jerónimo do PS, para o dia vinte e cinco de Setembro (Documento anexo à presente Acta) e o Senhor António Carlos Ribeiro Costa da Silva Guedes do PSD, para o dia vinte e cinco de Setembro (Documento anexo à presente Acta).-----

De seguida informou ainda que, em conformidade com o Art.º 79.º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, tomaram posse pelo PS os Senhores Rui André Mendes de Medeiros e José Manuel Antunes Graça, e pelo PSD o Senhor Paulo Miguel Oliveira Martins Torres (Documentos anexos à presente Acta). -----

II-ORDEM DO DIA

PROPOSTA:-----

1 – Apreciação para ratificação, nos termos do n.º 1 dos Artigos 9.º, 22.º e 18.º do Regulamento de Insígnias e Medalhas Municipais, da proposta da C.M.A. relativa a *“Medalhas Municipais – 29.º Aniversário do Município (Proposta n.º 245/2008)”*; -----

2 – Apreciação e votação, nos termos do n.º 6 do Artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, da proposta da C.M.A. relativa a *“Concurso Público Internacional para Fornecimento de Serviços de Manutenção e Assistência Técnica aos SLAT e Painéis Escolares do Concelho – 2ª Renovação do Contrato e Aprovação da Respectiva Minuta de Contrato” (Proposta n.º 311/2008) ”*; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

3 – Apreciação e votação, nos termos do n.º 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º197/99, de 8 de Junho, da proposta da C.M.A. relativa a *“Grandes Opções do Plano (Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Actividades Municipais) – 9.ª Modificação – Anos Seguintes (Proposta n.º318/2008)”*; -----

4 - Apreciação, nos termos da alínea e) do n.º1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, da *“Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da actividade do Município”*. -----

Não havendo intervenções, o Senhor **Presidente da Assembleia** colocou a Ordem do Dia a discussão, sendo aprovada por unanimidade dos 35 membros presentes (Documento anexo à presente Acta). -----

III – CORRESPONDÊNCIA

O Senhor **Presidente da Assembleia** informou de que, no início da sessão foi distribuída ao Representante de cada Grupo Municipal a relação do expediente, conforme o estipulado no n.º 2 do art.º 30.º do Regimento. -----

Senhor **Presidente da Assembleia**: “Antes porém dar início a esta fase da Assembleia Municipal do Período de Intervenção do Público, duas palavras em nome de todos os Senhores Deputados e enquanto Presidente da Assembleia e de todos vós, dirigindo-me concretamente à AFID e à CERCIAMA, como todos sabem e respeitando uma prática, que é uma prática desta Assembleia Municipal os Senhores Deputados individualmente, é um acto individual de cada um deles resolverem doar o produto das senhas de presença na Sessão Solene de vinte cinco de Abril Comemorativa do XXXIV Aniversário a instituições sociais que desenvolvem uma actividade que nós todos, consideramos uma actividade meritória aqui na cidade da Amadora, este ano os Senhores Deputados resolveram que a doação fosse feita à

AFID à CERCIAMA, a AFID como sabem é a Associação Nacional de Famílias para a Integração da Pessoa Deficiente, tem por objecto a promoção da solidariedade entre famílias na defesa dos direitos e da integração das pessoas com deficiência jovens em risco social, idosos e crianças, saliento que dentro da sua actividade a AFID no Programa PARES está a executar obras de ampliação do Centro Social de Reabilitação do Zambujal permitirá atender mais quinze utentes, segundo a informação que tenho, desenvolver o projecto do Lar do Idoso com capacidade para mais pessoas, sessenta pessoas, integrando também uma creche para trinta e três crianças, serviço de apoio domiciliário para cinquenta idosos, não fosse o seu histórico de grande instituição foi a estas pessoas deficientes aqui na Amadora, não fosse esse histórico, só este facto também podia per si meritório para receber a nossa singela contribuição Senhor Presidente é isso que representa, é uma singela retribuição para o ajudar a si e a toda a Direcção no trabalho meritório que desenvolvem na Amadora. A CERCIAMA é uma cooperativa de educação, de reabilitação de cidadãos inadaptados na Amadora, desenvolve também a sua actividade regular na área educativa nas actividades ocupacionais, salientar também que a CERCIAMA projecta também a construção de uma nova unidade residencial dirigida a crianças e jovens deficientes profundos com capacidade para vinte e quatro utentes, nós sabemos o quão meritório é o trabalho da CERCIAMA, ainda agora antes de vir aqui para baixo tivemos uma cerimónia também muito simples de homenagem a um atleta paralímpico que reside na Amadora e que ficou em terceiro lugar nas Olimpíadas de Pequim, e portanto todo este trabalho é um trabalho meritório que nós não podíamos deixar de apoiar, e portanto também em representação de todos os Senhores Deputados e na qualidade de Presidente irei proceder à entrega de dois cheques um ao Presidente da AFID Doutor Mendes Rocha e outro à Doutora Ana Brás Vice-Presidente da Direcção da CERCIAMA, e queria que entendessem que esta doação é uma doação simbólica e mais não faz do que reconhecer o mérito, e temos que reconhecer o mérito e o valor das vossas instituições, portanto agradecia que viessem aqui à frente ambos para proceder à entrega formal destes cheques.” -----

Senhor Presidente da AFID Doutor Mendes Rocha: “Digamos na Vereação e a ajudar a Vereação, naturalmente que ensaio digamos assim, tem feito um trabalho que é sempre contestado politicamente, porque a política é assim, mas o trabalho está visto e os frutos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

desse trabalho vê-se, e quero de facto agradecer o espírito de cidadania de todos os Deputados, de todas as pessoas que contribuíram para a AFID e para a CERCIAMA no fundo, e também das pessoas que trabalham na Câmara, também é fruto delas todos este trabalho, muito obrigado.” -----

IV – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Senhor **Presidente da Assembleia** encerrou este período, em virtude de não haver intervenientes. -----

V – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Abriu o Senhor **Presidente da Assembleia** as inscrições. -----

Senhor **Deputado João Paulo Castanheira**: “Muito obrigado Senhor Presidente, uma questão para o Senhor Presidente que tem a ver com a conclusão da rede viária no norte do concelho da Amadora, em particular com uma Avenida que é conhecida pela Avenida das Palmeiras, que é a Avenida que vai da Estrada da Serra da Mira, que há-de ir da Estrada da Serra da Mira para a Urbanização da Serra das Brancas, uma Avenida que eu acho que é importante para aquela zona da cidade e que de facto está por concluir, a questão que eu colocava é precisamente o que é que está por concluir, quando é que se espera que esteja concluída, e já agora para perceber o processo de quem é a conclusão, se é do urbanizador, se é da Câmara essa é a minha preocupação, sendo urbanizador se não corremos o risco de acontecer o que aconteceu no filma gerado cilo da Cometna, e já agora no cilo da Cometna também, como é que está a situação se já há processo no Tribunal, para que essa situação seja resolvida ou se não há, basicamente esta questão tem a ver com a Avenida das Palmeiras de facto há a preocupação por parte dos moradores de saber quando é que aquilo vai estar concluído e era importante que essa informação de facto passasse, muito obrigado”. -----

Senhor **Deputado Carlos Almeida**: "Muito obrigado Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Caros Municípios, boa noite, a questão que eu queria aqui trazer para o Senhor Presidente da Câmara tem a ver com, digamos uma cerimónia muito, à qual foi dada grande relevo pela comunicação social relacionada com a transferência de competências na área da educação para os municípios, a primeira questão que queria colocar relativamente a este ponto é por verificar ou constatar que mais uma vez o Senhor Presidente da Câmara, partido socialista mais uma vez menorizou a Assembleia Municipal e os Senhores Deputados da Assembleia Municipal, porque seria de um gesto democrático que a Assembleia tivesse havido alguma informação à Assembleia, quando não à Assembleia pelo menos à Comissão respectiva sobre quais eram as intenções no Município da Amadora relativamente à questão que se discutia da transferência de competências, tanto mais aliás quanto admito que possa haver discussão sobre essa matéria, mas é no mínimo discutível que algumas dessas medidas que foram aprovadas, que foram discutidas, não tenham, não requeiram, não exijam a deliberação por parte da Assembleia Municipal, portanto se tivéssemos adiantado essa discussão estaríamos numa situação diferente do que aquela que temos estado depois que é colocados perante factos consumados e um pouco confrontados perante uma situação mais complicada esta é a primeira mão, a segunda nota para dizer que num ofício que a Associação Nacional de Municípios que nos dirigiu ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal e foi distribuído por todos os serviços municipais, disse no segundo parágrafo que existe cito "uma diversidade de procedimentos e formas de pressão que estão a ser utilizados pelas Direcções Regionais sobre os municípios", um aspecto que num Estado de Direito devia dar que falar não deu paciência, eu não me passa pela cabeça que o Senhor Presidente tenha sido objecto ou alvo de pressão ou que tendo sido aceite essa pressão, e portanto devo concluir que não foi pressionado, mas a opção seguinte é mais complicada, porque se não foi pressionado então assinou digamos a dita transferência de competências convictamente, de livre vontade, espontaneamente e assim sendo a minha questão é, certamente o município tomou esta decisão com base num estudo profundo, numa análise sobre o impacto de todas estas medidas, seja no orçamento municipal, seja no ordenamento do funcionamento da Câmara, seja no quadro de pessoal, seja na relação com as escolas, etc., portanto como eu também presumo que a Câmara certamente também terá esse estudo, a primeira questão que eu queria colocar era se o senhor Presidente via inconveniente que nos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

fosse disponibilizada à Assembleia para também podermos ter uma ideia sobre o impacto de todas estas medidas, porque em boa verdade, lendo a informação que existe disponível sobre o que aí vem em matéria de transferência de competências é de uma enorme preocupação, porque tudo indica que há um rol imenso de aspectos, dos quais depois podemos entrar em mais pormenor que aparentemente não terão sido salvaguardados na transferência de competências que um conjunto de cerca de nove dezenas de municípios, dos cerca de trezentos e muitos assinaram com o Governo, e portanto a questão é saber se existe o dito estudo de avaliação, porque eu imagino que tomar uma decisão que implica que a Câmara Municipal passe a ter mais cerca de quinhentos funcionários não seja uma decisão tomada de ânimo leve, sem um estudo sério sobre o impacto que isso tem no funcionamento da Câmara, no orçamento, no funcionamento etc., e portanto a questão tem a ver com isso, com as actividades de enriquecimento curricular, as competências em matéria de construção e equipamento escolar, a acção social escolar, transportes escolares, recursos financeiros que não estão salvaguardados, inclusive os aspectos que têm a ver com os limites que estão colocados às finanças dos municípios em termos da capacidade de endividamento ou dos limites em termos de despesa com pessoal, portanto se isso tudo está salvaguardado, aqui o que nós gostaríamos de saber é que nos fosse facultada a informação para podermos avaliar a situação, se isso não está salvaguardado, mas por outro lado certamente existirá um estudo de avaliação do impacto de uma decisão com esta dimensão, aquilo que também queremos colocar saber se o Senhor Presidente da Câmara entendia, que poderia não ser útil para o trabalho da Assembleia que esse estudo fosse facultado aos Deputados, à Assembleia que esse estudo fosse facultado à Assembleia para que o pudéssemos analisar e discutir muito obrigado".-----

Senhor **Deputado António Carixas**: "Muito boa noite, quanto tempo é que tenho Senhor Presidente, muito obrigado duas questões então no tempo que eu tenho para falar, não posso deixar de ter aqui uma questão que já não é a primeira vez, para lamentar o discurso do Senhor Presidente da Câmara no discurso da Sessão Solene de onze de Setembro, não posso deixar de lamentar a forma como ele é proferido, e a minha crítica é no plano político, e sejamos claros é no plano político não nunca de natureza pessoal, cada um tem o seu estilo, a sua postura, agora entendo que enquanto político não posso deixar de lamentar a forma como

a intervenção pelo Presidente da Câmara é feita, o Senhor presidente da Câmara tem uma interpretação da Sessão Solene do meu ponto de vista errada, transforma geralmente numa Sessão da Assembleia Municipal, o que é do meu ponto de vista lamentável, sendo legítima a intervenção do Senhor Presidente é sempre de ordem institucional, ele está a representar um órgão, o órgão executivo municipal, naturalmente que o Senhor Presidente tem todo o direito, tem toda a legitimidade para vincular as suas posições políticas e até partidárias, com certeza que sim, mas a forma eu não posso deixar de lamentar. A outra questão prende-se com a questão da CRIL, as obras estão aí, esta Assembleia muitas vezes falou desta questão, lamentavelmente o traçado é o que é, é necessário a CRIL mas o traçado é o que é, eu tenho que ficar satisfeito pelas visitas que estão a ser feitas, penso que pelas juntas de Freguesia a convite do Instituto das Estradas tenho que ficar satisfeito, mas não posso deixar de lamentar que a Comissão aprovada por esta Assembleia Municipal ainda não tenha reunido, ao fim deste tempo todo ainda não reuniu a Comissão da Assembleia Municipal, é bom que a Junta de Freguesia que os autarcas da Junta de Freguesia visitem o troço que está em obras, mas é lamentável que este órgão autárquico, que os deputados municipais não possam acompanhar mais de perto a obra, muito obrigado". -----

Senhor Deputado António Santos: "Muito boa noite Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Deputados, meritíssimo Público, no passado mês de Julho uma cidadã do município da Amadora morreu durante uma operação stop, quando se dirigia para o Hospital Amadora Sintra vítima de um ataque cardíaco, a operação correu largos minutos apesar da ministração clara do condutor da carrinha que se diria a alta velocidade numa situação crítica de ataque cardíaco, evidentemente que o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores não têm qualquer tipo de responsabilidade sobre este tipo de acontecimentos, mas o Senhor Presidente da Câmara e o Executivo da Câmara tem o direito de ver e de ter clareza sobre esse tipo de incidente, o caso mais grave da segurança é quando está posta em causa a vida das pessoas, e neste caso foi consumada uma morte, e portanto aquilo que eu gostaria de saber se o Senhor Presidente da Câmara junto das autoridades competentes questionou sobre o que se tinha passado e se já tem resposta por parte das autoridades judiciais sobre o incidente que vitimou uma cidadã da Amadora, obrigado". -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Senhor **Deputado Jorge Nunes**: “Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caríssimos Colegas Deputados, Caríssimo Público, queria em primeiro lugar referenciar a homenagem hoje proferida no âmbito da recepção à comunidade educativa dos professores, dos alunos, dos funcionários do concelho e também enquadrada nesta homenagem, homenagem a uma escola que é um símbolo da Amadora e do país a Escola Secundária da Amadora, portanto eu estive presente e portanto fiquei muito graciosos com o facto de se ter procedido a esta homenagem a uma escola que é um símbolo neste concelho e neste país, aproveitando falar em termos de educação, e sem prejuízo daquilo que o Senhor Presidente irá referir, o Senhor Presidente da Câmara nesta matéria queria só deixar uma nota, o PS está à vontade relativamente a esta descentralização, que em primeiro lugar temos a noção que a sua concretização nunca será igual, nem pior do que a que foi a do primeiro ciclo há vinte anos, e dos vinte anos que decorreram essa descentralização, porque quando chegamos verificamos o resultado da assumpção dos encargos que a Câmara há época assumiu inclusivamente ao primeiro ciclo nomeadamente em relação ao Parque Escolar, e portanto algumas das questões que aqui foram colocadas, é importante também que todo o processo que foi feito, e tem sido feito na relação das escolas, é extremamente importante ouvi-las, e penso eu com toda a certeza que nesse âmbito que o Senhor Presidente tomou esta decisão relativamente à assinatura deste protocolo, que inclusivamente se estendeu hoje à própria assumpção das responsabilidades no espírito da autonomia que tem que ser assumida também pelos próprios órgãos de gestão pelas escolas, dessa responsabilidade ser partilhada, há aqui questões que são o formalizar do que já veio anteriormente, nomeadamente as actividades de enriquecimento curricular, há aqui inclusivamente um aumento dessa verba, do ponto de vista da preocupação da construção tem a ver com a questão do património, o PS em relação a isso até costuma ser elogiado pela própria oposição, pelo seu trabalho, não vejo aqui que haja dúvidas em relação a este procedimento, porque vai na linha de todo o trabalho que tem sido desenvolvido por esta Câmara no âmbito da educação e que tem sido ao serviço cada vez mais da melhoria, da qualidade educativa do ensino público e que a nossa população possa ter um projecto de vida bastante importante, também quero referir em relação às obras da CRIL, não só as Juntas de Freguesia, como as Assembleias de Freguesia, mas a própria população e no caso de Alfovelos convidamos a população a estar presente na visita que se desenrolou desde a Buraca até Alfovelos, e a população que visitou e que foi convidada,

visitou conjuntamente comigo esta obra ficou bastante bem impressionada sobretudo naquilo que é o projecto, naquilo que se fala muitas vezes, e dos fantasmas que se colocam à frente das pessoas e daquilo que é a realidade que está a acontecer no terreno, nomeadamente as questões dos afastamentos dos prédios, das formas como as situações têm sido ocorridas, e portanto neste contexto há uma satisfação tendo em linha de conta, também e de que em relação a Alfovelos é aquilo que efectivamente temos um contexto da melhoria das acessibilidades, num contexto de uma área metropolitana, há algumas coisas é aquilo que nós temos que receber, mas que nesse contexto, há a menorização dos impactos ambientais sobretudo nesta vertente de construção da obra, sendo respeitado questões relacionadas com os ruídos, e nesse contexto também há um contacto muito directo com as Estradas de Portugal, as Juntas de Freguesia estão a realizar todos os meses reuniões com a Administração das Estradas de Portugal para tocarem informações relativamente à obra, ao acompanhamento do ponto de vista da informação, neste contexto também para fazermos chegar as reclamações dos moradores, relativamente a quaisquer problemas que surjam em relação à obra, portanto tenho dito”. -----

Senhor Deputado Carlos Almeida (pedido de esclarecimento): “Muito obrigado Senhor Presidente, o Senhor Deputado a maior parte das coisas que referiu à educação foi, revestem-se digamos de uma profissão de fé, o Senhor Deputado acha que está tudo bem, eu acho que não está tudo bem, mas pronto, tirando a parte da profissão de fé, o Senhor Deputado fez uma afirmação concreta que aumentou a verba para as actividades de apoio curricular, a minha pergunta é a transferência de verba para as actividades de apoio curricular tem em conta a flutuação do número de crianças ponto um, ponto dois garantem a viabilidade financeira de facto e não estimada de facto de cada uma das actividades de enriquecimento curricular, garante a colocação de pagamento do pessoal que for preciso contratar para as concretizar, são estas algumas questões concretas para as quais eu desejava...”-----

Senhor Presidente da Câmara: “Muito obrigado Senhor Presidente, estou a procurar se pelo menos consigo não ter críticas do Carixas, porque essa questão de que só vale para um lado, a questão institucional vale para o Presidente da Câmara mas também vale para os Deputados quando falam em nome dos partidos, então se calhar temos que alterar o figurino, não tinha



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

nada para critica naquele dia, só critico quando tenho, vocês também são masoquistas quando não tenho nada querem que eu critique não é, não pode ser. Deputado João Paulo Castanheira sobre a questão da conclusão da rede viária que o Senhor Deputado falou, parte daquela via faz parte daquilo que é a Vila Chã, falta depois o resto que tem a ver com o viaduto que é necessário passar que irá desenvolver a ligação depois em relação à Vila Chã dois, por isso há esse problema para resolver e também há um conjunto de obras neste momento que estão em curso, no âmbito da EPAL, das condutas e também da REN, e pelo que também há ali uns realojamentos a fazer como já pode ter-se apercebido, e por isso neste momento ou seja a parte daquilo que era Vila Chã um ela está de acordo com o Plano, é evidente que como nós fizemos projecção em relação a uma rede principal, temos que pensar no futuro, a tal ligação que é fundamental e determinante, caso contrário não fazia nenhum sentido, parava ali e parava na rotunda e ponto final, tem a continuação há-de ter um viaduto, porque é necessário vencer o desnivelamento que temos da outra via e de maneira que na altura quando estivermos a discutir essa questão, e naturalmente será sempre imputada em relação ao urbanizador como não podia deixar de ser, a Câmara porque são obras determinantes, também tem a justificação tendo em conta as urbanizações que surjam como é óbvio, não é o caso do cilo da Cometna, sobre o cilo com toda a franqueza não sei o ponto da situação neste momento, vou apurar e dir-lhe-ei, não tenho nenhum problema não vou estar a inventar nenhuma desculpa qualquer, eu por acaso já esperava da questão das competências, da transferência de competências colocada pela CDU, de maneira que já não me surpreende é a vida a gente já calculava isto, mas é bom quando se lê os documentos da Associação Nacional de Municípios, se lê todos os documentos, e era bom que se lê-se o documento de nove de Setembro de 2008 que é mais fresco, e nove de Setembro a Associação dá por respondido a todas as questões à excepção de três questões, e vou-lhe dizer quais são, espero que não sejam estas as dúvidas que o Senhor Deputado tem, uma dela é mantém-se como preocupantes fundamentais da Associação Nacional de Municípios, a dupla tutela que existe sobre o pessoal não docente que desta forma custeará um grupo à parte dentro do pessoal municipal, o que é que isto quer dizer, quer dizer que quem defende a autonomia das escolas, a descentralização de competências para as escolas, quem defende autonomia das escolas, a descentralização de competências para as escolas, e depois quando há essa autonomia está dada por lei em relação às questões do pessoal, nomeadamente até à parte da aplicação da

pena de repreensão, nós entendemos aí da guarda que não pode ser o Presidente do Conselho Directivo a ter essa competência, essa competência tem que ser o Presidente da Câmara, até podia ser o Presidente da Câmara e o Presidente da Câmara delegar competências no Conselho Executivo esse é o grande drama, aqui está uma grande divergência fundamental para a transferência, outra grande divergência tem a ver com o seguinte, ausência de garantia não haverá escolas sem pessoal auxiliar, então vocês andaram a discutir o documento de transferências de competências sem saber o que é que estavam a discutir ou não leram, há o ratio que diz o seguinte cada escola em relação aos agrupamentos tem que ter este número de pessoal auxiliar, e há escolas que têm mais do que o ratio, e há escolas que têm menos que o ratio, e há escolas que no âmbito daquilo que são os dados que o Ministério tem, mas nós cruzamos os dados no âmbito da discussão que fizemos com os Conselhos Directivos, há escolas que apesar de nenhum ratio dizer que têm pessoal a mais na prática têm pessoal a menos, porquê três razões a primeira razão estamos logo nos primeiros agrupamentos, há alguns agrupamentos que têm pessoal auxiliar que está de baixa desde dois mil e quatro, dois mil e cinco, e como tal é evidente que estão contabilizados como pessoal mas não de facto como do ponto de vista do cumprimento do ratio, há pessoal que está reformado e continua lá a aparecer como sendo da Escola e há pessoal que alguns poucos faleceram, e isso é uma questão que nós detectamos de início e desde o início que houve um compromisso da Direcção Regional e também do Secretário de Estado que era escolher caso a caso, agrupamento a agrupamento, e sobre essa matéria não há nenhum problema de garantia de que há pessoal, que haverá escolas sem pessoal auxiliar e mais, eu acho que também aqui que é uma das questões que eu irei discutir com os Presidentes dos Conselhos Executivos e os Agrupamentos, e tem a ver muitas vezes com os problemas do pessoal auxiliar, tem a ver com o problema da limpeza das escolas como sabe, esse é um problema, é um problema porque as pessoas começam a ter idade e há determinado tipo de limpeza que já não fazem, naturalmente a escola hoje tem mais uso, é preciso limpar melhor, e eu acho que do ponto de vista dessa matéria é preciso também discutir se vale a pena nalguns casos estar a admitir pessoal auxiliar para efeitos de limpeza, ou se vale a pena pensar noutra solução que seja a contratação de uma empresa que faça a limpeza das escolas, nessa matéria é evidente que temos que ser objectivos, temos que ver aquilo que serve mesmo o ponto de vista da escola do ponto de vista funcional, do ponto de vista do trabalho que é necessário fazer, e do ponto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

de vista também financeiro, colocar uma outra questão que é a verba atribuída para a manutenção e equipamento, bom estas são as três razões que a Associação Nacional de Municípios encontrou, porque todas as outras razões, todas que levantavam desde saber como é que vai ser o pessoal, quem vai pagar ao pessoal, quem vai pagar a segurança social do pessoal e a ADSE, e por isso Senhor Deputado além daqueles pedidos que me fez, farei-lhe chegar seguramente esta circular da Associação Nacional de Municípios e envida no dia nove de Setembro de dois mil e oito, que é muito posterior aquela que o Senhor Deputado tem que é muito anterior a esta, e isto advém daquilo que foram as reuniões feitas com a Associação Nacional de Municípios com a questão da, e agora Senhor Deputado quero-lhe dizer uma coisa o Senhor Deputado diz bom teria sido conveniente não foi esta a expressão, mas é neste sentido que pudesse ter havido uma reunião da Comissão de Educação em relação aquilo que estava em causa, é isto que o Senhor Deputado diz, não disse que era da competência da Assembleia Municipal que não é como o Senhor Deputado sabe, bom podia ter sido, estamos a tempo de fazer esse esclarecimento pelos vistos ainda há Deputados que estão mal esclarecidos sobre esta matéria, e era interessante fazer esse esclarecimento total, mas o Senhor Deputado dizer-lhe o seguinte e também não serve para mim aquela nota, daquele comunicado antes deste que estava agora a ler da Associação Nacional de Municípios que houve pressão violentíssima sobre, o sentido era esse e como foram pressionados tiveram que aceitar, porque senão ainda eram despedidos, o Senhor Deputado também já me conhece e sabe que comigo isso não funciona assim, naturalmente não é esse o sentido que tenho e eu quando faço e assino um documento, assino no sentido de primeiro se é ou não é importante que a Câmara participe nesta nova competência, evidentemente que temos que acautelar um conjunto de interesses como é óbvio era o que faltava, mas não tenho essa posição como o Senhor Deputado sabe só aceito competências transferidas se vier tudo e mais alguma coisa, ou seja só aceito transferências de competências se arrasarmos as escolas todas e faremos todas novas era uma solução seguramente, é uma solução não viável como é evidente, se fizermos mais isto, se, bom Senhor Deputado o que nós assumimos é isto, o pessoal é transferido, em segundo lugar o pessoal é transferido com os meios financeiros adequados em relação aquilo que têm com o pessoal todos, directos, indirectos tudo e por isso salvaguardo essa questão do encargo do pessoal para a Câmara, Senhor Deputado diz bom, o ideal também seria e agora, vamos receber tanto pessoal, temos que aumentar a divisão do pessoal,

teremos que criar um departamento para o pessoal e de vencimentos para o pessoal, é preciso aumentar isto tudo, eu não faço intenção de tirar poderes aos Conselhos Executivos, e por isso as secretarias continuam a funcionar onde estão e continuam a responder do ponto de vista funcional perante o Presidente do Conselho Executivo, e funciona do ponto de vista financeiro como funciona um Departamento da Câmara neste edifício, a questão da assiduidade é comunicado e é emitido a mesma ordem de pagamento, como é emitido aos funcionários da Câmara, é óbvio é preciso mais dinheiro porque tem que se meter mais pessoal, é preciso pessoal para a secção de pessoal, para os vencimentos, etc., etc., nós não temos que meter mais pessoal nenhum, porque o pessoal que está na Secretaria faz bem o trabalho e funciona, e também no âmbito daquilo que deve ser do meu ponto de vista a autonomia das escolas, por isso esse problema não temos como sabe, do ponto de vista dos outros em relação aquilo que tem a ver com obrigações que a Câmara já assumiu no âmbito das questões sociais, transportes escolares, acção social, enfim a escola a tempo inteiro, como sabe esses valores estão calculados, os valores que são transferidos e têm em conta aquilo que é os cálculos, aquilo que é os alunos efectivos e aí o Senhor Deputado diz quando houver aumento o que é que se passa, se temos seis e passamos a ter oito como é que é, isto está garantido perfeitamente garantido, aliás neste momento até temos um aumento substancial quero-lhe dizer, temos aqui uma margem uma folga, porque o dinheiro a gente também não o quer cá, queremos gastar outra coisa na escola como é evidente, por isso isto também está garantido, outra questão o Senhor Deputado diz bom, mas a verba que recebem no âmbito da intervenção das escolas é suficiente, eu digo seguramente que não é, e nunca seria o suficiente, agora tivemos a cautelar algumas regras, em primeiro lugar três escolas ficaram fora desta centralização do ponto de vista do património, são as escolas que estão naturalmente e vão ser recuperadas pela empresa de Parque Escolar, desde logo a Azevedo Neves como o Senhor Deputado sabe, é uma escola que tem que ter uma grande intervenção, que irá ter essa intervenção do ponto de vista do que está construído, vai ter a construção de um pavilhão e quando acabar essa intervenção a Câmara recebe o património, outra Escola as Mães de Água também essa fica fora do pacote, haverá uma intervenção e quando a intervenção estiver concluída a Câmara recebe o património, e uma escola que nós entendemos por bem, tendo em conta que neste momento existe uma obra complexa que é a CRIL, que é a Escola de Alfarelos, também fazia todo o sentido que ficasse de fora, e aqui



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

também há um compromisso, o Parque Escolar faz a intervenção, ou apuramos os valores da intervenção necessária, é transferido o dinheiro para a Câmara, e mais Senhor Deputado nós também conseguimos, e agora vai-me perguntar e já fui atacado por isso, às vezes é atacado porque aceita tudo, ou porque exige e depois leva umas coisas que os outros não levam, eu às vezes costumo dizer, eu sou solidário nas questões de princípio e nos métodos, agora as questões pontuais sou tão solidário como os outros são comigo, ou seja cada território é um território em algumas questões, nós temos problemas que outros municípios não têm do ponto de vista desta áreas, e há municípios que têm problemas muito mais graves do que nós na área da educação todos nós sabemos, e por isso estando a Amadora no Parque Escolar da Amadora da forma como está, não era aceitável, nem era compreensível que a Amadora ficasse fora destes contratos, o que nós asseguramos foi uma verba e terei a oportunidade de lançar os dois concursos e fica já a saber, porque é o ano certo como é evidente, até porque tem um execução em dois mil e dez, por isso tem que lançar para o ano, que é a construção de mais dois pavilhões, ficamos a nível das escolas, com todas as escolas com pavilhões, de maneira que dizer bom mau negócio, isto não é um negócio isto é o assumir ou não assumir competências é evidente que é procurar evitar que os riscos seja menores, os agrupamentos vão continuar a receber as verbas directas do Ministério da Educação em relação às pequenas intervenções, e vão continuar a receber, porque eles sabem gerir, porque nós fizemos os mesmo em relação às nossas, fazia algum sentido nós querermos o dinheiro para depois fazermos, bom é directo na mesma. Em relação a outro tipo de intervenções que é uma verba de vinte mil euros por escola, aquilo que está definido concertado e acertado e por isso mesmo quero-lhe dizer que isto não é tão mau, e também não acredito que todos os Presidentes do Conselho Executivo fossem todos altamente pressionados ... (mudança de cassette) ...comigo e com a DREL naturalmente e com a Senhora Ministra presente, aquele mesmo contrato do ponto de vista da centralização no âmbito das escolas, por isso todos os Presidentes do Conselho Directivo dos agrupamentos assinaram, não vamos dizer que foram corrigidos ou foram naturalmente não sei quê, eu tenho muito respeito pelos Presidentes do Conselhos Directivos, Executivos e o Senhor Deputado também os conhece e não está a ver alguns a serem coagidos a assinar, assinaram no princípio de que tem que haver, o princípio da discussão franca, aberta do ponto de vista dos investimentos e é isso que iremos fazer, ou seja a verba que haverá em relação à recuperação do Parque Escolar para a manutenção, nós

não podemos fazer a manutenção em todas as escolas ao mesmo tempo, será discutida concertada com os Presidentes dos Conselhos Executivos dos agrupamentos todos, Por isso Senhor Deputado quero-lhe dizer que a Amadora não foi a reboque de ninguém, a Amadora não teve a necessidade de se mostrar na primeira fila, porque a Amadora há muito tempo em relação às questões da educação tem uma visão diferente de alguns, é que nós o dinheiro que colocamos na educação consideramos investimento, enquanto que há outros senhores que consideram despesa, essa é a diferença de pensamentos, e sobre a questão de mera importância numa cerimónia como aquela em que assinaram noventa e dois municípios, um terço estão prontos para assinar não sei quantos municípios, seguramente mais não sei quantos, ninguém é obrigado a assinar só assina quem quer como é evidente, agora há alguns que se calhar pensavam que quanto mais tarde assinavam naturalmente iam levar condições diferentes bom, o crime nem sempre compensa, é um crime quando se mente às pessoas em relação aquilo do porquê da assinatura, então sejamos claros, não fizemos por aquilo, e por aquele outro não vale a pena estar a inventar questões que estão resolvidas e ultrapassadas, foi o que eu ouvi ao longo do tempo como é evidente, ainda há dois dias estava-se a por a questão da ADSE quando essa questão está mais do que ultrapassada, aliás esta assumida pela Associação de Municípios como eu digo com o documento do dia nove, e por isso Senhor Deputado Carlos Almeida dizer-lhe que naturalmente o município assinou e assume as suas responsabilidades porque entendemos também e sabe essa a nossa opinião sobre matéria, pode discordar era o que faltava que tivéssemos o mesmo pensamento então o Senhor Deputado estava no PS não estava na CDU, e por isso dizer-lhe que naturalmente temos uma divergência, porque eu entendo que a Câmara da Amadora e as Autarquias também têm que investir na educação, e não podem estar à espera apenas nas transferências que lhes dá o Ministério da Educação, e por isso Senhor Deputado estamos nessa, e sobre a questão de estarmos disponíveis, eu e a Vereadora estamos disponíveis para a reunião da Comissão da Educação para darmos todos os elementos que necessitarem em relação aos dados, nós trabalhamos com os dados todos, e continuamos a trabalhar no aprofundamento de alguns dados, por isso nós não assinamos às escuras, nós assinamos convictos com o que estávamos a assinar e convictos dos elementos que tínhamos na mão, é evidente que há dados neste momento que temos que clarificar, as questões que eu disse há bocado do pessoal, é preciso naturalmente esclarecer estas questões ou resolvê-las como é óbvio. Deputado



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Carixas só duas ou três questões, sobre a questão do discurso não vou falar sobre isso não vale a pena, também não vou falar sobre a CRIL. Senhor Deputado António Santos sobre a questão se já tenho, não tenho o relatório ainda, estou à espera naturalmente que o relatório chegue, está a ser feito um inquérito, e um relatório venha quando estiver concluído o inquérito e a gente espera para sabermos o que é que se passou, há um conjunto de questões não vou dizer que foi assim ou foi assado, há um conjunto de factos que foram relatados pela comunicação social, há um conjunto de declarações que foram feitas por parte da família e por parte da PSP, é evidente que esperasse pela conclusão do relatório e que esse traduza tudo o que se passou efectivamente, quando eu receber farei chegar à Assembleia".-----

Senhor **Deputado Carlos Almeida** (pedido de esclarecimentos): "Muito obrigado Senhor Presidente para abreviar em matéria de coacção, Senhor Presidente este Ministério da Educação já deu provas mais do que suficientes conhecidas sobre as suas formas de coacção, esta Ministra da Educação já deu inúmeras provas de coacção e além disso não foi ninguém de outro partido que não o PS que disse que quem se metesse com o PS levava, portanto estamos conversados relativamente à coacção. Depois o Senhor Presidente tem um pensamento peculiar sobre o funcionamento das instituições, porque em boa verdade o ponto é o seguinte, se esta Assembleia não tem formação sobre os pormenores daquilo que foi negociado entre a Câmara Municipal e o Ministério da Educação é porque o Senhor Presidente não as forneceu, e portanto não pode vir a polinizar com os Deputados sobre aquilo que nós sabemos ou não sabemos, se o Senhor Presidente por sua iniciativa não nos fez saber coisíssima nenhuma, e portanto que é evidente que os Senhores Deputados do Partido Socialista estão encantados e satisfeitos com tudo o que se passa ao cimo da terra, vêm aqui e dizem umas coisas, mas depois também não lhes interessa muito o debate, porque o Senhor Presidente é dono e senhor de toda a verdade há de tudo esclarecer, mas em boa verdade nós só podemos opinar sobre aquilo que conhecemos, o Senhor Presidente tem um ofício da Associação Nacional de Municípios de nove de Setembro muito bem, quando ele for do conhecimento dos Grupos Municipais poderei pronunciar-me sobre ele, embora faça notar o seguinte dois factos, um o Senhor Presidente talvez me pudesse informar quantos Municípios da Área Metropolitana de Lisboa assinaram este protocolo, dois eu faço notar que apesar de tudo assinaram noventa e dois, é um terço eu acho que é pouco, o Presidente acha

e

que é muito, mas eu acho que um terço de trezentos e tal municípios dos quais, os mais populosos, significativos e mais importantes, evidentemente que todos os municípios são iguais em direito e dignidade como é óbvio, mas há municípios com peso demográfico económico na vida do país diferentes consoante o seu peso, e portanto não deixa de ser significativo independentemente do que o Senhor Presidente referiu sobre aquilo que é as últimas apreciações da Associação Nacional de Municípios, apenas um terço dos municípios tenha assinado este protocolo, algo se passará, algo se passará para ter os outros dois terços o não tenham feito, depois o Senhor Presidente refere as escolas sem pessoal auxiliar está tudo garantido, vamos discutir caso a caso, ó Senhor Presidente se vamos discutir caso a caso não está tudo garantido a gente tem que se entender sobre isto, se é para discutir caso a caso então significa que o protocolo não há-de estabelecer, não há-de garantir absolutamente, vamos discutir caso a caso, estou já a terminar Senhor Presidente, e portanto eu registo a sua manifestação de vontade para discutir com a Assembleia designadamente com a Comissão de Educação para discutir esta matéria, devo dizer do meu ponto de vista vem tarde, vem tarde já devia ter sido feito, vem tarde porque em verdade o Senhor Presidente não esclareceu a pergunta concreta que lhe fiz, eu vou terminar Senhor Presidente da Assembleia que é, o Senhor Presidente diz que temos dados, a minha pergunta foi um pouco mais concreta, existe um estudo de impacto sobre as finanças do município e sobre o funcionamento do município, dos serviços municipais um estudo sobre o impacto destas medidas ou não, se este estudo existe ou não”. -----

Senhor Presidente da Câmara (resposta ao esclarecimento): “Muito obrigado Senhor Presidente e aliás não sei se podíamos fazer uma proposta de alteração do Regulamento do Funcionamento da Assembleia Municipal para que o Presidente da Câmara possa convocar a Comissão de Educação, que eu saiba neste período todo nunca a Comissão de Educação tomou a iniciativa de pedir uma reunião, e por isso não é a mim que me compete alterar este Regulamento e eu terei toda a vontade e disponibilidade para convocar as reuniões, não é a mim que me cabe seguramente penso que cabe à CDU a Presidência da Comissão de Educação, sobre a questão da coacção, ó Senhor Presidente eu só estou a dizer que a Competência não é minha, a Comissão podia ter convocado a reunião, essa questão foi discutida durante muito tempo, a questão das transferências de competências, bom sobre a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

questão da coação, quero-lhe dizer que eu fui coagido a assinar o protocolo de transferências, mas se calhar alguns foram coagidos a não assinar Senhor Deputado, o tempo o dirá, o tempo o dirá seguramente, mas quero dizer uma coisa quando diz o Senhor presidente fica satisfeito por um terço dos Deputados terem assinado dos municípios, por acaso é mais do que a primeira assinatura quando foi do inglês nas escolas, e hoje há todos à excepção de um que é Setúbal por razões evidentes, tudo o resto já está com o inglês, por isso Senhor Deputado dizer-lhe o seguinte sobre a questão de se fizemos as contas, se não fizemos as contas e o Senhor Deputado diz isto, ó Carixas queres que eu te diga mais alguma coisa, vê lá se queres que eu te diga as pressões que houve por todo o lado, também sei que houve também as conheço, também falam comigo, os autarcas falam comigo, os autarcas falam comigo apesar de sermos de partidos diferentes, falamos uns com os outros, é melhor não irmos por aí. Sobre a questão do caso a caso dizer o seguinte, porque é que eu disse caso a caso e penso que expliquei ó Carlos, há um ratio por cada agrupamento, e há um quadro de pessoal, e em relação ao ratio o que se verifica é que há agrupamentos e há escolas que têm pessoal a mais, e há umas que têm pessoal a menos, o que quero dizer é que no global não há falta de pessoal, pode haver pessoal que estará a mais numa escola e a menos noutra, mas mesmo nesse pessoal que é dito a mais, temos aqueles casos que eu disse, e por isso mesmo é que estamos a ver escola a escola, porque o Governo naturalmente em relação a essa matéria não as pode contabilizar como é óbvio, é nesse principio, para uma escola que tem três a mais do ponto de vista do ratio que não lhe seja tirado, na prática não tem três a mais, tem até um a menos, por isso são estas questões que houve inclusivamente esse compromisso de assumir esse principio que está a ser trabalhado neste momento com a Senhora Vereadora e com a Direcção Regional naturalmente com os dados pelos próprios Conselhos Executivos como é evidente, esse trabalho tem sido feito assim, e por isso o caso a caso é este, não é mais nada do que este, também é uma questão que penso importante e tem a ver com a entrada em vigor, nós assumimos com a entrada em vigor que é dia um de Janeiro de dois mil e nove, e não aquilo que tinha a ver com a entrada em vigor no dia da assinatura como é evidente, é preciso orçamento, é preciso adaptar estas coisas todas, é preciso tudo isso ser preparado, do ponto de vista de encargos com pessoal eu quero lhe dizer que nós não teremos mais nenhum encargo com pessoal a não ser aquilo que já temos, destes que já temos na Câmara e aqueles que vamos receber, por isso não temos necessidade de meter mais pessoas para apoiar do

ponto de vista da secção de pessoal e vencimentos em relação às transferências, não temos essa necessidade, é como eu lhe digo a nossa forma de pensar é diferente, há colegas meus que cada um tem a sua opção, que opta trazer o pessoal que tem nas secretarias e pólos na Câmara nas secções de pessoal, são opções eu não farei isso, porque acho que funciona bem como está e acho que a descentralização neste aspecto funciona, o trabalho é feito se ele funciona, porque é que vamos alterar aquilo que funciona bem, só para terminar Senhor Deputado quando a Comissão convocar lá estarei, se a Comissão não tomar iniciativas peço ao Senhor Presidente faz o favor de alertar a Comissão se não quer reunir com o Senhor Presidente da Câmara sobre as questões das descentralizações, muito obrigado”. -----

Senhor Deputado João Serrano: “Muito obrigado Senhor Presidente, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Caros Senhores Deputados, eu pedi para intervir em função daquilo que eu assisti neste momento aqui no debate, nomeadamente na abordagem que a CDU colocou nesta questão do protocolo de educação, eu sinceramente acho que a CDU não preparou bem a intervenção aliás que é uma coisa rara no Senhor Deputado Carlos Almeida, porquê, porque o Senhor Deputado Carlos Almeida Chega aqui coloca um conjunto de observações, umas críticas e depois dos esclarecimentos do Senhor Presidente o que é que diz o Senhor Deputado Carlos Almeida, diz primeiro a Câmara Municipal devia esclarecer a Assembleia Municipal, que eu saiba nós somos o órgão fiscalizador da Câmara e compete à oposição e aliás era desejável que a oposição fizesse interpelações sobre essa matéria, e em segundo lugar vem dizer que não tem os documentos, que eu saiba nós quando nos preparamos para um debate nós temos que estudar, eu acho que a CDU não estudou e a CDU não teve atenta à evolução do que houve nesta matéria, nomeadamente à evolução por parte da Associação Nacional dos Municípios Portugueses relativamente ao dossier, e por isso argumenta quando percebe que os esclarecimentos são tão objectivos em relação a esta matéria para dizer o seguinte, ou a Câmara não nos dá a informação, e quanto aos documentos nós não temos o documento, eu achava importante era que a CDU relativamente a esta matéria no fundo preparasse os documentos e fizesse uma menção objectiva, também o Deputado Carixas resolveu fazer um conjunto de considerações sobre o Dia do Município, eu sinceramente acho que nós sob ponto de vista político fazemos as intervenções que queremos, o Senhor Presidente fez a sua intervenção e acho sinceramente que a CDU ver



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

com estas questões de não gostar do estilo, bem eu acho que em política ou os estilos são o que são, as intervenções são o que são, agora acho que o grande problema da CDU se calhar foi é que na própria Assembleia Municipal digamos, a intervenção de fundo do ponto de vista da oposição foi protagonizada pelo CDS-PP e sim a que foi objectivamente conduzida, pode haver conto muito para a CDU um mau estar por parte de ter sido o CDS-PP a intervenção da oposição em relação à matéria, mas vamos às questões de fundo eu relativamente ao protocolo de educação o Senhor Presidente já deu os esclarecimentos que deu, eu acho que o PS está disponível e obviamente apoiará qualquer iniciativa, a CDU até podia até mesmo hoje ter apresentado como ponto da ordem de trabalhos na semana passada quando nós discutimos a agenda um ponto específico sobre essa matéria, e o acordo já tinha sido assinado e nós viabilizamos qualquer discussão sobre esta matéria, ora o que está aqui por detrás disto que é mais questão de fundo é o seguinte, nós não podemos ter dois discursos em função daquilo que nos convém, nós sempre andamos a discutir os autarcas, vários de nós sobre a questão da centralização do Estado, temos um Estado centralizado, um Estado que não delega competências e responsabilidade, e à primeira oportunidade em que vemos os Estado a delegar nas autarquias e mais vemos uma autarquia a delegar responsabilidades nos Presidentes do conselho Executivo, alá que espera aí que há aqui problemas, estamos contra isto, há aqui um problema velho queremos dúvidas e suspensões, isto é que é a questão de fundo, e nós temos que é isso que o Senhor Presidente explicou e bem, independentemente de estarem acautelados os interesses da Câmara há questões de pormenor, há questões objectivas que valem o que valem, o que interessa é a questão de principio, a questão de principio é o que é que há uma descentralização de responsabilidades dos municípios que nós defensores de quais queres que sejam as circunstâncias, e em segundo lugar também a aposta na educação é para nós um investimento e não uma despesa, mas sinceramente gostava que a CDU aqui falasse da questão que tem sido falada nos últimos dias a propósito da educação que é do Magalhães, ninguém aqui falou do Magalhães, mas eu vou fale do Magalhães, eu vou falar do Magalhães porquê, porque este computador aliás salvou o Senhor Presidente não sei quantas crianças da escola da Amadora e já receberam este computador, é um passo importantíssimo, significativo numa revolução que se quer e que se está a fazer, sob o ponto de vista educativo nas crianças, ou seja nós temos crianças com acesso ao computador, nós temos escolas todas elas no nosso país que estão ligadas à Internet, nós temos a possibilidade

das crianças terem inglês e isto é uma revolução, é uma mudança estrutural que vai permitir que nós, nos próximos anos combatemos uma dificuldade que nós temos que é o facto de termos um atraso estrutural em termos de competitividade dos nossos quadros no contexto europeu e no contexto mundial, isto sim é que é de aplaudir, por isso que eu acho também gostava que a CDU não tivesse sempre aquela cassette do contra, e arranjassem sempre problemas e neste momento dissessem alguma coisa de positivo, é que na Amadora duzentas e tal crianças levaram para a casa um computador vale o que vale, mas é muito importante que isso aconteça, e é importante que haja e continue a haver um investimento na parte da educação é o que se tem visto da parte do Governo e também da autarquia em relação a esta matéria, muito obrigado". -----

Senhor Deputado António Carixas (pedido de esclarecimento): "Eu pergunto ao Senhor Deputado João Serrano se ouviu a minha intervenção sobre a Sessão Solene, parece-me que não ouviu a minha intervenção, não tem nada a ver com estilo, pelo contrário tive o cuidado de sublinhar aqui que não ponho em causa o estilo, ouviu a minha intervenção Senhor Deputado, não estava cá quando eu falei". -----

Senhor Deputado João Paulo Castanheira: "Era apenas para lembrar ao Senhor Deputado João Serrano que se esqueceu quando falou desta questão da revolução que está acontecer, se esqueceu de falar de uma coisa importantíssima, mas se calhar a mais importante que é a revolução estatística que está a acontecer na área da educação e que é uma matéria importante, este ano em relação ao ano passado os mesmos alunos que estavam no estabelecimento de ensino no ano passado, este ano são praticamente os mesmos com alguns alunos novos, onde de facto um surto fulminante de inteligência que levou de facto os chumbos acabassem praticamente, as médias subissem exponencialmente há essa revolução em curso que o Senhor Deputado esqueceu de referir, e ó Senhor Deputado queria-lhe dizer que esta questão do Magalhães que no fundo é pouco mais de uma playstation que se atribui às escolas portuguesas, esta questão um bocadinho mais de calma, esta questão do Magalhães é obviamente uma operação massiva de propaganda do Governo do Partido Socialista, as questões que há e os problemas que há no sistema de ensino que há não se resolvem com o Magalhães, resolvem-se com tudo que é contrário que o partido socialista está a fazer,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

resolvem-se com a promoção do mérito, da exigência, da excelência, coisa que o PS não faz, porque eu ouvi a Ministra da Educação a dizer que como o Magalhães iam a acabar os chumbos, portanto a partir de agora vão acabar os chumbos, esta é a noção que o Partido Socialista tem de educação, dá-se umas playstation, uns Magalhães, uns computadores e acabam-se os chumbos, e acaba-se a excelência, e o mérito, e assim obviamente estamos no mau caminho, estamos de facto a formar gerações que não estão formadas para a vida em sociedade, para a vida nas empresas, e obviamente esse é o caminho errado, é o caminho do facilitismo, é o caminho normal do Partido Socialista". -----

Senhor Deputado João Serrano (pedido de esclarecimento): "Senhor Deputado João Paulo Castanheira, já estou arrependido de dizer que o Senhor fazia oposição há pouco, porque eu sou rigoroso nas intervenções que faço, em primeiro lugar a Senhora Ministra não disse o que acabou de dizer, aliás eu não ouvi, e eu sou muito atento do que a Senhora Ministra disse o Magalhães vai acabar com os chumbos, em segundo lugar Senhor Deputado quero-lhe dizer o seguinte se há uma redução dos chumbos acho que não podemos olhar para as coisas no sentido tipo abstracto, temos que ver se efectivamente houve algum esforço por parte do sistema de ensino, por parte dos professores, nas alterações estruturais que foram feitas para haver maior acompanhamento dos alunos carenciados, nas aulas complementares, etc., um conjunto de medidas que são tomadas, se isso não contribui efectivamente para a melhoria, porque o Senhor Deputado ao colocar essa questão que eu acho grave, é que isso também põe em causa o sistema, põe em causa os professores, põe em causa os Conselhos Directivos que fazem o seu melhor, e o que está aqui a dizer é que no fundo há aqui uma falcátua institucional, que é feita por todos os agentes de Norte a Sul do país, que no fundo estão a passar professores sobre esta matéria. Agora quanto à questão de fundo do Magalhães efectivamente percebi o seu incómodo em responder relativamente a um programa que não é um a playstation não minimize isto, é efectivamente um instrumento significativo, é aquilo que se propaga a partir da semana passada a chamada força da mudança, é através do Magalhães e de outras medidas, muito obrigado". -----

Senhor Presidente da Assembleia: "Só uma informação para uma interpelação directa do Carixas para a minha pessoa, quero dar só uma informação, eu já reuni com a tutela do dono

da obra da CRIL no sentido de se fazer uma visita e uma reunião com os Membros da Assembleia Municipal, não é da Comissão é de todos os Membros da Assembleia Municipal, portanto marcarei uma Conferência de Líderes, não é da Comissão Eventual é da Conferência de Líderes para se estabilizar o programa dessa visita e de uma reunião eventualmente, mas faremos isso mais tarde”. -----

VI – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 – Apreciação para ratificação, nos termos do n.º 1 dos Artigos 9.º, 12.º e 18.º do Regulamento de Insígnias e Medalhas Municipais, da proposta da C.M.A. relativa a *“Medalhas Municipais – 29.º Aniversário do Município (Proposta n.º 245/2008)”*. -----

O Senhor Presidente da Câmara prescindiui da palavra. -----

Senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições. -----

Senhor Deputado António Carixas: “Muito obrigado Senhor Presidente, naturalmente que nós estamos de acordo com a proposta de atribuição das medalhas, gostaríamos que ela tivesse ocorrido na cerimónia de onze de Setembro, no dia do aniversário, a minha pergunta ao Senhor Presidente da Câmara é quando é que ela vai ocorrer, se vai haver uma cerimónia pública da atribuição das medalhas, muito obrigado”. -----

Senhor Presidente da Câmara: “Senhor Deputado eu já não sei como é que devo responder, porque o Senhor Deputado faz aquelas reacções, não sei se teremos uma cerimónia se teremos três, depende eu acho que a pessoa e as instituições que estamos a homenagear merecem a três cerimónias, mas enfim naturalmente, o Senhor Deputado vai dizer lá está ele a fazer campanha eleitoral com três cerimónias, é pá mas a vida é destas coisas, mas também pode ter essa leitura não é, não sei veremos”. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Senhor **Presidente da Assembleia:** "Como sabem Caros Colegas, nas actas da Assembleia Municipal fica vertido o que se diz na Assembleia Municipal e os documentos anexos não ficam vertidos nas actas, pensava que a proposta que a Câmara nos enviou, medalhas municipais, para ser agora colocada a votação aqui na Assembleia Municipal, refere um conjunto de entidades que aqui estão vertidas, ninguém falou delas e eu na qualidade de Presidente para que fique em acta e para a história desta Assembleia Municipal, vou referir a proposta da Câmara que parece-me que tem que ser referida. Diz a proposta da Câmara: -----

"Aproximando-se as comemorações de mais um aniversário do nosso Município entendemos que se deve retomar a prática, de homenagear e galardoar entidades ou cidadãos que de alguma forma, directa ou indirectamente, deram o seu contributo para a criação do Município, para o seu desenvolvimento, para a sua imagem e para a sua divulgação na comunicação social. Assim, e em conformidade com o disposto no Regulamento de Insígnias e Medalhas Municipais, nomeadamente nos n.ºs. 1 e 2 dos artigos 9.º, 12.º e 18.º, vimos submeter a apreciação e votação do Executivo a seguinte proposta de atribuição de medalhas municipais: -----

1 – MEDALHA DE HONRA DA CIDADE -----

A Associação 25 de Abril, fundada por militares que tiveram acção destacada no dia 25 de Abril de 1974, que reúne entre os seus associados militares de diversas patentes dos três ramos das forças armadas e cidadãos em geral, que muito contribuíram para que o sonho daquela data se transformasse em realidade. -----

Nos estatutos da Associação consagram-se os valores essenciais do 25 de Abril, destacando-se, entre outros, a LIBERDADE e a DEMOCRACIA, dois princípios e dois ideais partilhados desde sempre por TODOS os Militares de Abril. E foi na sequência desses valores que se possibilitou a instauração do Poder Local Democrático do qual veio a emergir a criação do primeiro Concelho de Abril: o Concelho da Amadora. -----

Razão porque consideramos que a Associação 25 de Abril "fica, por tal facto, intrinsecamente ligado à história do Município e Cidade da Amadora" e, por isso, merecedora da nossa Homenagem. -----

2 – MEDALHA MUNICIPAL DE MÉRITO E DEDICAÇÃO OURO (a título póstumo) -----

Ao ex-Autarca da Freguesia da Venteira, JOSÉ GUERREIRO CAEIRO, eleito na respectiva Assembleia de Freguesia, desde o 1.º mandato em 1980 até à data do seu prematuro e

inesperado falecimento, contribuindo de uma forma cívica, desinteressada, empenhada, educada, democrática e “dedicação evidenciada nos serviços prestados ao Município e, em particular, à “sua” Freguesia e aos seus habitantes”, reconhecida por todos os quadrantes políticos e por todos aqueles que tiveram o privilégio de com ele conviverem, criando, até, fortes laços de amizade e deixando em TODOS um enorme sentimento de saudade. -----

No caso de merecerem aprovação do Executivo e posterior ratificação da Assembleia Municipal, sugerimos que as homenagens e entregas dos galardões se efectivem quando da sessão comemorativa do 29.º Aniversário do Município a realizar em 11/Setembro/2008”. ---

“Considerando que: -----

1 – O Regulamento Municipal de Insígnias e Medalhas Municipais, em vigor, contempla a atribuição de diversas medalhas, nomeadamente, a Medalha Municipal de Mérito Desportivo;-----

2 – Nos termos do referido documento, a Medalha Municipal de Mérito Desportivo, de ouro ou prata, é atribuída a pessoas individuais ou colectivas que se hajam notabilizado em alguma modalidade desportiva ou tenham de forma notória e persistente, contribuído para a divulgação e desenvolvimento do desporto; -----

3 – O Clube de Natação da Amadora, fundado em 1981, tem vindo a desenvolver uma actividade fundamental no incentivo e divulgação da prática desportiva na modalidade aquática, que se traduz ao nível de diversas áreas, como a formação, prevenção e lazer, natação para bebés e competição; -----

4 – O Clube de Natação possui equipas de natação, pólo aquático, natação sincronizada, hóquei subaquático, mergulho, pentatlo moderno, através das quais já conquistou diversos títulos nacionais e regionais, e é o Clube que, na área da natação, tem tido maior representação nacional desde os Jogos Olímpicos de 2004;-----

5 – Pelo empenho, esforço e persistência que o Clube de Natação tem revelado no desenvolvimento da actividade, levando o nome do Município, a diversos lugares, através da sua participação, quer a nível Nacional, quer a nível Internacional, conforme o constante no documento anexo;-----

Propõe-se:-----

1 - Atribuir a Medalha Municipal de Mérito Desportivo de Ouro ao Clube de Natação da Amadora. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

2 – Submeter a presente proposta à Assembleia Municipal, para ratificação, aos termos e ao abrigo do art.º 18 do Regulamento Municipal de Insignias e Medalhas Municipais.” -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** colocou a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade com 35 dos membros presentes (Documento anexo à presente Acta). -----

2 – Apreciação e votação, nos termos do n.º 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º197/99, de 8 de Junho, da proposta da C.M.A. relativa a “*Concurso Público Internacional para Fornecimento de Serviços de Manutenção e Assistência Técnica aos SLAT e Painéis Escolares do Concelho – 2ª Renovação do Contrato e Aprovação da Respectiva Minuta (Proposta n.º 311/2008)*”. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** informou que a Comissão de Desenvolvimento Económico e Financeiro e Administração reuniu para análise da proposta da Câmara, emitindo parecer, o qual vai ser lido pelo Senhor 1.º Secretário (Documento anexo à presente Acta). -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições. -----

Senhor **Deputado António Santos**: “Senhor Presidente da Assembleia eu sei que a Mesa desta Assembleia não é responsável pelo parecer por uma questão de rigor e de tradição e de hábito na Comissão, desta vez as votações que se realizaram na Comissão não dizem quem é que votou a favor e quem é que se absteve, e isto acontece neste parecer e acontece no seguinte, cria chamar à atenção do Senhor Presidente da Comissão e do Secretário para em futuras ocasiões não cometer o mesmo tipo de lapso”. -----

Senhor **Vereador Gabriel Oliveira**: “Senhor Presidente eu penso que o que se trata aqui como é uma despesa que tem efeitos para o próximo ano, tem que vir à Assembleia Municipal para ser considerado no Plano Plurianual, muito obrigado”. -----

Senhora Deputada Cláudia Cardoso: “Muito boa noite Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Secretário, Senhora Secretária, o Executivo, Caros Colegas Deputados, Estimado Público, o Bloco de Esquerda não se opõe a esta proposta, mas tem algumas questões a colocar que tem a ver com o seguinte, não está aqui em causa a qualidade prestada pelo serviço da EYSSA-TESIS, mas gostaríamos de colocar algumas questões que tem a ver com o seguinte, primeiro quais são as medidas que o Executivo está a tomar relativamente à redução da factura energética da autarquia, está planeado alguma alteração ao nível dos semáforos, eu quero dizer com isto, substituição mesmo das lâmpadas por outras mais económicas e mais seguras, enfim se há algum projecto de eficiência energética projectado, muito obrigada”.-----

Senhor Vereador Gabriel Oliveira: “Relativamente ao sistema nós temos estado a substituir progressivamente os nossos semáforos por leds, e os leds que tecnologicamente é o que consome menos energia eléctrica como sabe, consome menos de doze watts, são três watts e picos e portanto acho que estamos no bom caminho, temos feito mais uma medida que é a colocação de semáforos de sinais para os cegos, e temos feito mais do que isso, temos três projectos inovadores da Amadora que outros municípios já copiaram eu acho que é aprovado aqui, foram aqueles painéis que introduzimos junto das escolas, que não existia em Portugal, também introduzimos aquele sistema que existe num conjunto de freguesias que é dos radares accionados por painéis que tem reduzido substancialmente as velocidades de circulação no Borel, Conde Castro Guimarães, na Brandoa, na Avenida Dom José I, e funciona a painéis solares, e portanto acho que com muito gosto lhe respondi à questão”.-----

O Senhor **Presidente da Assembleia** colocou a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade com 33 dos membros presentes (Documento anexo à presente Acta).-----

3 – Apreciação e votação, nos termos do n.º6 do Artigo 22.º do Decreto-Lei n.º197/99, de 8 de Junho, da proposta da C.M.A. relativa a “*Grandes Opções do Plano (Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Actividades Municipais) – 9.ª Modificação - Anos Seguintes (Proposta n.º 318/2008)*”.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

O Senhor **Presidente da Assembleia** informou que a Comissão de Desenvolvimento Económico e Financeiro e Administração reuniu para análise da proposta da Câmara, emitindo parecer, o qual vai ser lido pelo Senhor 1.º Secretário (Documento anexo à presente Acta). -----

O Senhor **Presidente da Câmara** prescindiu da palavra. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** colocou a proposta a votação, sendo aprovada por maioria com 25 votos a favor (PS e PSD) e 8 abstenções (CDS-PP, BE e CDU) (Documento anexo à presente Acta). -----

4 – Apreciação, nos termos da alínea e) do n.º 1 do Artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, da *“Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da actividade do Município”*. -----

Senhor **Presidente da Câmara**: “Eu por acaso trouxe papel, não devia ter trazido o objectivo era que trouxesse CD, não tive tempo de carregar o computador de maneira que trouxe a impressão em papel, o objectivo penso que esse já foi enviado à Assembleia Municipal, já foram em CD’s e acho que essa é uma forma para contribuímos também para as questões ambientais, eu só quero dizer uma coisa que eu acho que, eu penso que o relatório, este relatório vem já na sequência e na lógica dos últimos e de alguma forma respondeu aquilo que foi uma preocupação em tempos manifestados pela Assembleia em relação de facto a muitas das questões que eram feitas pela Câmara não constavam do relatório, e quer dizer que tem sido feito pelos serviços nomeadamente coordenado pela Vereadora Rita Madeira, toda esta forma de recolher informação, penso que está a informação que os Senhores Deputados têm direito, está aqui tudo e quando é assim, penso que existe transparência na gestão municipal, está aqui tudo, bom dizem que há coisas que não deviam cá estar, não tem nenhum drama e acho que está o suficiente e está o necessário, ou seja tudo o que a Câmara fez ao longo deste período que decorre o relatório, ou seja de Maio a Agosto de 2008, de

maneira que naturalmente Senhores Deputados, penso que com este relatório, e não só os Senhores Deputados e alguns Vereadores estão mais bem informados da actividade municipal do que quando era aquela forma mais simplista de traduzir praticamente as decisões de Câmara e não aquilo que eram as actividades municipais, muito obrigado”.-----

O Senhor **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições. -----

Senhor **Deputado Paulo Torres**: “Boa noite Senhor Presidente, Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caros Colegas, usando este espaço da discussão da informação do senhor Presidente da Câmara eu queria pegar nas palavras do Vereador Gabriel Oliveira então fazer-lhe a questão já que funcionaram tão bem os limitadores de velocidade do Borel e na Avenida Don José I e coisas desse género, porque é que acha que não vão funcionar na Estrada da Serra da Mira como já aqui o disse, e aproveitava para fazer outra sugestão com a via irreversível na Elias Garcia, por acaso foi aqui uma coisa que tivemos a discutir que as raias luminosas de sinalização mesmo quando estamos a entrar na via reversível em bom sentido, só deveríamos ter a do lado direito a verde e estar bem sinalizado a vermelho do lado esquerdo, como se usam nos corredores reversíveis que andaram em testes em Lisboa que é uma indicação que as pessoas percebem que não podem passar para aquele lado, é só uma sugestão, não sei se depois tecnicamente haverá algum problema, mas parece-me que faz sentido, ter verde onde se pode mudar de faixa, e ver-se vermelho onde não se pode passar, obrigado”. -----

Senhor **Deputado António Carixas**: “Muito obrigado, eu acho que esta questão, agora Senhor Presidente em Exercício, eu acho que esta questão tem que ser de facto apreciada pela mesa, pelos líderes de cada bancada, a questão levantada pelo Deputado António Tremoço, eu acho que ele tem todo o direito em não ler o suporte informático, tem todo o direito, eu acho que isto tem que ser visto, eu estou completamente de acordo com o suporte informático, mas isso é uma opção pessoal, ele tem todo o direito a ter acesso aos documentos, assim como estou de acordo a que seja extensível a outras propostas da Câmara o suporte informático sempre que possível, eu estou de acordo com isso, eu estou de acordo que todos os documentos que venham da Câmara, por minha opção e por possibilidade da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Câmara que o receba no meu computador, estou completamente de acordo com isso, agora também estou de acordo, e isto quando tem que ser assegurado qualquer deputado, ó Senhor Deputado isto foi levantado e eu acho que isto tem que ser visto, não tem a ver com a Câmara e connosco, isto não é bem assim, bom eu vou passar à frente, eu acho que a questão tem que ser apreciada. Relativamente a outra questão ...(mudança de cassete) ...estamos de acordo com determinados princípios, por exemplo a anterior discussão, nós estamos de acordo em princípio abstracto, naturalmente, com a transferência de competências, estamos completamente, agora ela tem uma natureza política, a natureza política dela é que podemos estar de acordo ou não, o princípio político, estamos de acordo com ele não temos dúvida sobre isso, e era bom que o Senhor Presidente da Câmara e as bancadas também não o tivessem e em relação a esta questão concreta é uma constatação que eu gostava, uma comentário que aliás o Senhor Presidente já o fez noutra ocasião, que é a dívida dos bairros continua a aumentar, não é, é preocupante o Senhor Presidente já disse aqui é preocupante, e nós também estamos preocupados com certeza, devíamos estar preocupados, uma pequena nota também com outra questão falasse em processamento de horas extraordinárias e esta penso que é mais, digamos executiva operacional e espero que tenha aqui o desmentido porque não consigo entender se isto é verdade, não consigo entender tem mais a ver com o pelouro do senhor Vereador Gabriel Oliveira, com as iniciativas que estão a decorrer Delfim Guimarães pela primeira vez que eu ouvi dizer que os electricistas não fazem serviço, não foram autorizados a fazer serviço a dar apoio aquelas iniciativas gostava que isto fosse esclarecido, porque de facto acho que é lamentável não são por mais trezentos euros, digamos assim que o orçamento da Câmara seja prejudicado gostava que confirma-se isto, também na área da educação se me permitem é a minha opção como outra qualquer, como qualquer um de nós falasse na representação da Câmara nas Assembleias de Escola ou de Agrupamento, ou melhor dos Agrupamentos de escola e nessas representações está sempre a Câmara Municipal, e as Juntas de Freguesia, não era bom que as Juntas de Freguesia também tivessem, parece-me que aqui às vezes nós damos competências às Juntas de Freguesia noutras áreas mas aqui parece que não damos o passo em frente, penso que não damos haverá algum motivo com certeza, uma opção política com certeza, mas achava útil em determinadas situações que na representação nas Assembleias de Escola tivessem aqui ou acolá, caso a caso, naturalmente, não é um princípio universal para o Concelho que

estivessem as Juntas de Freguesia, outra coisa que eu gostava, enfim de levantar mas é uma discussão que iremos ter com certeza não principio hoje vai continuar esta questão das actividades complementares, de enriquecimento curricular, à ali um relatório mínimo, ou melhor uma síntese do ano anterior do relatório da Câmara, dos serviços fala em novos parceiros para este ano escolar e eu gostava de saber se, como é que é feita, eu penso que não é, se é feito algum concurso, se é por convite para os novos parceiros porque há entidades que talvez tivessem também interessadas em fazer esse apoio, em colaborar, gostava que esta questão fosse esclarecida por parte da Câmara, convite, ou concurso. Em relação ao cartão Amadora a mais de sessenta e cinco ou sessenta e cinco mais, fala lá em trinta e oito novos pedidos de adesão gostava de saber, se possível, o total de adesões por parte desta população específica e também se possível, quantas empresas aderiram a este projecto, aqui o Deputado anterior do PSD, falou de facto de uma questão que eu ia também falar, que é a questão da via reversível, chegaram-me algumas preocupações, não é critico, Senhor Vereador, não são críticas, são preocupações que eu neste momento não tenho pessoalmente, não tenho uma conclusão, tenho é algumas preocupações de algumas pessoas, que tem todo o direito em proferir, as sentir, que são a diminuição das faixas de rodagem e dos próprios passeios e isto poderá criar, a ser verdade, eu já passei por lá, com a minha viatura, naturalmente, enfim, penso que o corredor será estreito, um autocarro, tenho enfim algumas dúvidas sobre de facto a largura de duas faixas, tenho algumas dúvidas, mas se o Senhor Vereador com especialista na área com certeza vai dizer que não, são preocupações, eu não posso também deixar de referir também outro dado aqui do relatório que tem a ver com motorização e avaliação dos serviços de refeição escolares, só para dizer o que muitas vezes aqui até o Deputado Castanheira brinca com a nossa posição, mas às vezes há dúvidas sobre isto, saio no jornal, empresas de catering enganaram o Estado durante dez anos, não é, são preocupações, não é só a Municipalização digamos assim, também estas questões são preocupantes e quando estamos aqui a aprovar os concursos, enfim, também podemos estar a ser levados, digamos assim, determinadas situações, para acabar, não posso deixar de acabar, peço desculpa, não está no relatório, mas não posso deixar da intervenção de há pouco do Deputado João Serrano, um perigoso comunista com certeza, leia o último artigo dele da pública sobre a educação, ele acaba assim, da pública, Daniel Sampaio, um perigoso comunista com certeza e chamam isto educar a propósito dos quinhentos euros dados aos finalistas e não só, leia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

aconselho a ler, são preocupações, não me vai dizer que ele é da minha cor política, mas são preocupações na área da educação, muito obrigado.”-----

Senhor Deputado Carlos Almeida: “Muito obrigado, Senhor Presidente é muito breve, a questão que eu queria colocar tem a ver com o seguinte de acordo com o programa das comemorações do Município no dia vinte e oito de Setembro haverá um concerto sobre o Prémio José Afonso e como hoje já é noite de vinte e cinco, portanto amanhã já é dia vinte e seis, a minha pergunta é qual é o Prémio José Afonso, já existe se não existe porque já é dia vinte e seis, o espectáculo há-de ser daqui a dois dias, mas já agora tinha uma outra pergunta, relacionada com esta matéria queria saber se a Câmara podia informar sobre qual é o orçamento, qual foi o orçamento, não estou a dizer aquilo que a Câmara pagou, estou a dizer o orçamento do espectáculo que foi realizado no Parque Central com o Lloyd Cole, por tanto esse espectáculo qual é que foi o orçamento em concreto desse espectáculo e queria que me dissesse também quanto é que está no orçamento do Município para o Prémio José Afonso, muito obrigado.”-----

Senhor Presidente da Câmara: “Muito obrigado, Deputado Carixas há coisas que eu naturalmente não tenho os dados, dizer qual é o número total de pessoas que aderiram ao cartão mais sessenta e cinco, não sei, os dados que a gente tem é que deve andar muito próximo dos setecentos há dois meses, não sei, mas temos essa noção, em relação ao número de empresas também sei que altura eram trinta e duas empresas, por isso não sei se neste momento evolui mais, mas ao fim ao cabo é esta a cobertura que tinha há dois meses, sobre as questões que colocou, e digo-lhe uma questão concreta e o desafio que fez aqui, um caso ao levantamento dos Presidentes de Junta, um apelo ao levantamento, bom vocês deviam estar e a pertencer para representar e tal, bom vamos lá ver uma coisa, eu digo uma coisa e o Senhor Deputado também sabe bem que há sempre a possibilidade dos Senhores Presidentes de Junta ou outro cidadão qualquer para fazer parte, há casos que já foram apresentados Presidentes de Junta inclusivamente para residir, bom ou para fazer parte do Conselho, bom e por isso essa questão do ponto de vista é assim, do ponto de vista funcional e do ponto de vista daquilo que tem a ver mais com a estabilidade, com a estabilidade faz muito mais sentido que sejam os técnicos que acompanham no dia-a-dia e a escola que estejam lá, e por

isso mesmo a Câmara inclusivamente deixou de ter lá os seus Vereadores, tendo em conta que são muitas as escolas, há cada vez mais reuniões e também há cada vez mais sentido de dar respostas em relação às questões colocadas, do ponto de vista de estabilidade funcional acho que a Câmara presta melhor serviço estando lá geralmente aquele que são os tutores das escolas, do que ter outras entidades quais queres, um Vereador ou um Presidente de Junta nesse sentido. Sobre a questão que o Senhor Deputado colocou sobre o enriquecimento curricular, é isso, como é que é feito, é feito pelas IP's do concelho, nós convidamos as IP's do concelho, e há IP's que têm mais capacidade de resposta e outras que têm menos capacidade de resposta, e há IP's que já tinham anteriormente acordos com a tutela, e por isso nós não fomos excluir aquelas que já tinham acordos para pôr outras, bom penso que estamos de acordo sobre isso, e o Senhor Deputado partilha desta opinião, não fazia nenhum sentido, se havia acordos agora já não é funcionam, se fizeram um bom serviço antes, porque é que agora não vão continuar a estar e é isto que tem vindo a acontecer. Bom sobre a questão da via reversível Senhor Deputado, bom eu há duas coisas que acho interessantes, eu penso que se o Senhor Deputado se lá foi ver, e penso que conhece bem o sítio não houve nenhuma mexida dos passeios, os passeios mantêm-se iguais com a largura que tinham, nem mais nem menos, mais não íamos por, porque não temos espaço e menos também não fazia sentido tendo em conta que eles já por si já são curtos, e por isso mantivemos mantivemos os lancis para os passeios, no mesmo sítio onde estavam, bom é evidente que fizemos alguma intervenção, como o Senhor Deputado viu do ponto de vista de alguns espaços que não era bem estacionamento, nem era estrada e foi ordenado, e sobre a questão da largura para dizer o seguinte, é óbvio que aquilo não tem uma largueza tal que permite cruzar dois camiões, eu já lá passei e o Senhor Deputado também já lá passou, reconheço que não tenho muita dificuldade em circular na chamada via reversível, não tenho, mas há quem tenha, há pessoas que têm, eu por acaso tenho alguma dificuldade em estacionar em, alguns parques de estacionamento em Lisboa, mas isso deve ser por causa do tamanho do carro, se levar um smart se calhar já não tenho dificuldade bom mas isso, eu acho que aquilo funciona e não é por aí que os problemas vêm, eu acho que do ponto de vista do sistema ele está a funcionar, houve aqui fases de adaptação, penso que os Senhores Deputados viram, primeiro aquilo esteve fixo, agora está com uma variante ou seja de manhã está aberto num sentido da saída, e depois há hora do almoço está aberto no sentido da entrada, e depois ao fim do dia continua



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

aberto no sentido da entrada e depois ao fim do dia continua aberto no sentido da entrada, tendo em conta que são esses onde há mais movimento de tráfego, no entanto estamos numa fase de adaptação e para as pessoas se irem adaptando também, que é para as pessoas criarem o hábito, e o lógico daquele sistema é que o sistema funcione automático, ou seja há sistema que funciona consoante a intensidade de tráfego ele acciona a via reversível dum lado ou de outro consoante, bom independentemente de ser as horas de ponta ou não ponta, porque às vezes há questões de ponta que se fazem em determinado momento como sabe, e não o fizemos porque achamos que as pessoas têm que se habituar à questão da mutação da via, e por isso estamos agora nesta fase duas semanas, três semanas no máximo, para depois pormos o sistema a funcionar, e será um sistema automático que irá naturalmente colocar a via reversível, num sítio onde houver naquela altura mais movimento de tráfego, é para isso que serve, caso contrário não fazia sentido termos uma via que esteja enfim fixa e que não tenha em conta aquilo que são os movimentos do trânsito, e por acaso eu próprio tinha e digo isso com toda a franqueza, tinha algumas dúvidas e interrogações, a gente também se pode interrogar, ver que o sistema funciona, vamos ver como é que o sistema funciona quando tiver tudo automatizado, eu penso que vai funcionar, mas vamos ver, agora que aquilo resolve alguns problemas é verdade, veio facilitar bastante a circulação, veio diminuir bastante aquilo que tinha ali que era um conflito, bom pena é, tendo em conta que ainda temos ali um conjunto de prédios e possamos naturalmente abrir mais e rasgar mais e ter mais cumprimento e que seria seguramente melhor para o trânsito, mas também aqui eu vi num jornal que era a primeira via reversível em Portugal, cá estamos bom. Outra questão que eu gostaria de dizer e que é uma preocupação que o Senhor Deputado manifestou, a preocupação do aumento das dívidas das rendas espero que o Senhor Deputado partilhe esse entusiasmo e essa preocupação, na altura tomamos medidas para despejo daquelas pessoas que não pagam por opção as rendas, estou certo que contarei com o apoio e com o muito entusiasmo da bancada da CDU, do prémio Zeca Afonso júri ainda não reuniu e por isso ainda não há neste momento a atribuição do prémio, o júri está para reunir está marcada a reunião, é evidente que é a Câmara mas para isso é preciso que haja disponibilidade dos membros do júri todos, se não se fizesse a vinte e oito, não se vai manter por isso será adaptado o calendário para se fazer noutra altura, ó Senhor Deputado eu reconheço que não me meto nas atribuições do júri, nem dou ordens ao júri, nem convoco o júri como deve

imaginar, por acaso não faço porque eu delego sempre nos Vereadores como sabe, já delegava na altura que era o Vereador João Bernardino, também delego agora que é o Vereador António Moreira, eu a democracia pratico-a independentemente do Vereador ser do partido A ou do partido B como sabe, sobre a questão de quanto é que custou não tenho aqui os números, não tenho o orçamento daquilo que foram as festas da cidade, o Senhor Vereador diz que foi patrocinado pela entidade externa, Senhor Deputado aos cofres da Câmara não custou, custou zero, em segundo lugar quanto que o patrocinador pagou é isso que o Senhor Deputado quer saber, eu não sei quanto é que pagou, mas quero-lhe dizer o seguinte, eu nem sequer vou opinar seria de mau tom da minha parte, porque se todos gostassem de amarelo andávamos todos de amarelo, se todos gostássemos de vermelho andávamos todos de vermelho, sobre aquilo que cada um acha que é melhor ou que tem qualidade ou não tem qualidade, não vou opinar sobre isso, eu estou a dizer com toda a franqueza eu vi a proposta quando veio e fez parte daquilo que era as iniciativas municipais no âmbito das festas da cidade, nem me pronunciei sobre a virtude daquela iniciativa, como é evidente, há naturalmente alguém que acha que é importante aquele tipo de iniciativa, há-de haver outros que acham que não é nada interessante, mas se vamos para isso, toda a gente tem dúvidas e interrogações, ou toda agente apoia umas iniciativas ou outras, de maneira que com esta matéria quero dizer o seguinte, não me pronuncio é evidente que temos que ter uma oferta que cubra os diferentes gostos da população, e o Senhor Deputado reconhece que há gostos para aquilo, estava lá gente não tiveram ali vazio, teve bastante gente correu bem, não houve incidentes, e por isso já não é mau que tenha feito uma iniciativa daquelas sem nenhum tipo de incidentes, muito obrigado". -----

Senhor Deputado António Tremoço: "Em primeiro lugar boa noite a todos, eu quando há pouco pus aquele problema da acta, eu estava convencido que uma parte significativa da população portuguesa não sabe informática, eu estava convencido disso até pelas análises que são feitas, pela análise que é feita no sentido de que tem que se fazer formação, até porque agora aparece o tal Magalhães para tentar o problema e ultrapassar esta situação, eu estava convencido sinceramente que havia muito, uma grande parte significativa da população portuguesa que não sabe nada de informática, estava convencido disso mas afinal parece que não, parece que nós somos um país praticamente doutores, tudo formado, não há problema



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

nenhum, todos temos computadores em casa e portanto nós, eu digo isto apenas porque de facto isto parece uma risada como se isto fosse uma brincadeira, quando não é brincadeira, eu não tenho problema nenhum em dizer claramente que em termos informáticos não sou nenhum hás, não é verdade, agora também não tenho problema nenhum em dizer na empresa onde eu trabalhava há dez, quinze anos ou mais já havia máquina informatizadas, para dizer o quê, para dizer que isto não é nenhuma brincadeira, nós não temos problema nenhum em dizer se calhar cinquenta por cento da população portuguesa não sabe nada de informática, verdade ou não, isto é menos do que qualquer outra situação, eu apenas pus isto quase como uma brincadeira, mas é para dizer que de facto hoje em dia ainda há dificuldades, e se queremos eleger pessoas no futuro, poderemos ter dificuldades em que as pessoas recebam as actas da maneira como estão a ser recebidas, e temos que ser compreensivos em relação a isso, nós recebíamos a acta diferente, e agora recebemos a acta com computador, e há pouco ouvi uma intervenção do Prémio Nobel que dizia assim, perguntavam-lhe em relação a este problema e ele dizia que continua a escrever com a maquininha que lá tem antiga, não escreve com o computador e é o Prémio Nobel o José Saramago, embora agora tenha um blog não é ele que o faz, isto é para dizer que ele continua a escrever com a máquina em vez de ser no computador, mas não há problema nenhum que nós nesta Assembleia municipal estamos todos acima da média, não há problema nenhum, isto é um país evoluído, e é precisamente por sermos tão evoluídos é que estamos na dianteira que estamos, estamos de facto na Europa, somos os primeiros na Europa pela evolução que temos encantado da vida não há problema”. -----

Senhor Presidente da Assembleia: “Há pouco houve aqui uma intervenção no sentido de, tem a ver com esta questão e já é a segunda intervenção que oiço, a primeira não estava na sala, à segunda estou e tem a ver com a condução interna dos trabalhos da Assembleia, esta matéria tem sido discutida, não é da condução dos trabalhos na Assembleia nesta sessão, é a condução da Assembleia, do funcionamento da Assembleia e nós em Conferência de Líderes temos discutido isso e deliberou-se, porque é um direito individual de cada um dos Senhores Deputados, receber os suportes de matéria que tenha que de vir aqui e seja sujeita necessariamente a deliberação da Assembleia nós vamos fazer, e foi deliberado na última conferência de líderes, fazer um papel dirigido a cada um dos Senhores Deputados, onde cada

um assumirá se quer receber em suporte informático ou se quer receber em papel, e portanto o que está a ser feito vai ser entregue aos Senhores Deputados, e este problema já não será problema na próxima Assembleia, até porque cabe a um de per si dirá eu quero receber em CD, eu quero receber em papel, era só este esclarecimento". -----

Senhor Deputado Rafael Evaristo: "Muito obrigado Senhor Presidente, acho que o Senhor Deputado António Tremço tem toda a razão no que aqui diz, mas eu penso que vamos mais fundo do que isto, porque o que estamos hoje a falar não é a questão que se entrega um papel ou um CD, é sobre como é que os processos decorrem e como é que os processos devem decorrer, a questão que agora parece que é moda, que em Portugal toda a gente tem que saber de computadores e estão-se a distribuir assim, como quem distribui tremços na feira qualquer coisa que vai resolver, mas penso que o processo pode ser um pouco mais interessante, se alguns Deputados enfim quiserem partilha desta ideia, pode ser interessante no seguinte, é que quando nós implementamos um processo nós temos que primeiro dotar as pessoas das capacidades para isso, e eu sinceramente penso que se perdeu uma oportunidade de se dotar as pessoas de conhecimentos, de novos conhecimentos, estão-se agora a abrir algumas iniciativas, há cinco anos atrás, sete anos atrás havia cursos de informática financiados que nunca mais acabava, mas penso que é importante pensarmos nisto, que é importante não deixarmos uma parte da população de fora, porque a verdade é que o mundo vai continuar a correr, e penso que passa também pelas Câmaras, pelas Juntas de Freguesia, pelo poder central, por tudo isso organizar exactamente e dotar estas pessoas destas possibilidades, desta questão, agora se me pergunta devemos parar não, eu sou a favor que todos os documentos aliás desta Câmara e nesta Assembleia Municipal, todos os documentos deveriam ser informatizados eu gostaria de não receber um único papel, por duas razões, primeiro porque são aquilo que são as questões ambientais que aqui se levantam, e depois por outra situação por aquilo que deve ser a transparência nas instituições, e os documentos quando estão informatizados e quando estão partilhados como aliás esta Câmara tem tentado fazer, estão partilhados com a população, penso que a população pode exercer um controlo mais directo sobre isto, naturalmente eu não verei a CDU afastar-se desta questão, da população e exercer um controlo directo sobre aquilo que são as iniciativas da própria Câmara, e penso que é só de louvar, agora eu penso que naturalmente isto é que é estrutural,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

é que nós não podemos só implantar as coisas, enfim implementando e depois esperando que alguém venha atrás, por isso acho que efectivamente que a Câmara deve pensar nisto, num programa quer para as pessoas com mais idade, para podermos efectivamente permitir, avançar isto, por uma questão simples, porque daqui a dez anos ou daqui a cinco anos o que vai acontecer é que um conjunto de pessoas que nem uma declaração de IRS vão conseguir entregar, e o que é que acontece é que em vez de se poupar e de racionalizar para estas pessoas, e para estas pessoas terem benefício estas pessoas vão ter que recorrer aquele contabilista que é o que lhe vai fazer a entrega do IRS e cria-se um novo nicho para um conjunto de pessoas, e isto não é correcto, e eu penso que isto não é correcto, por isso acima de tudo acho que sim que é um passo em frente, mas acho que acima de tudo é aqui é a nossa responsabilidade ajudarmos e sermos solidários nesta mesma situação, muito obrigado”.-----

Senhor **Presidente da Câmara**: “Muito obrigado Senhor Presidente, bom e permita-me da parte da Câmara dizer o seguinte, a Câmara tem toda a disponibilidade era o que faltava, nem que seja uma única pessoa que opte por ter o suporte em papel e tem é evidente, nós não podemos excluir pessoas, e por isso da nossa parte aguardaremos a chegada desse levantamento que o Senhor Presidente vai fazer com a comissão permanente, no sentido de saber quem quer receber em suporte digital e quem quer receber em papel, bom é óbvio como é evidente faz todo o sentido que assim seja. Sobre a questão do Evaristo, eu acho que há aqui questões, que eu gosto muitas vezes das intervenções do Evaristo, mas eu acho que ele às vezes também aproveita para meter um bocado de humor, e às vezes as questões de humor não saem muito bem, o Evaristo colocou as questões do ponto de vista da formação, tem havido formação em diversas áreas, aquilo que a Câmara faz e tem feito em relação aos seus funcionários é a formação, até aquilo que tem a ver com os novos suportes que vamos colocando e alguns complexos como todos sabemos, nomeadamente que toda a correspondência possa ser enviada electronicamente, a questão da assinatura electrónica, aliás pioneiro todos os dirigentes e não só, um conjunto de funcionários que têm intervenção directa nos processamentos de correspondência e até na questão da despesa, etc., naturalmente além da formação que tiveram, tiveram direito a tirar o cartão único, porque é uma obrigação para poder validar as assinaturas digitais tem naturalmente que ter o cartão único, por isso já fizemos isso, bom eu acho que há um conjunto de instituições que ao longo

dos anos, tem feito formação nas áreas de informática, com associações, IP's etc., Juntas de Freguesia, Câmaras Municipais, o Gabinete Associativo tiveram 'n', várias formações como sabe, e por isso o Recriar a Vida como sabe, há várias, ou seja, temos feito e acho que é importante que se faça, e também acho que é importante, e por isso que eu não partilho daquela de dar Magalhães como se dá tremoços e permita-me a expressão com toda a franqueza, podem-lhe chamar o que quiserem, podem dizer lá está uma campanha eleitoralista, mártires, até aceito essa questão, não fui eu que o escolhi naturalmente, não é o José Magalhães é o outro, exacto é esse, por isso é que nós pensávamos que era o Jose Magalhães não é o outro, eu acho que é assim, réu acho que Portugal do ponto de vista daquilo que vai ser a formação e a capacidade de dar resposta e também estar preparados para a concorrência é de facto o que se está a fazer na área do inglês desde o primeiro ano, e aquilo que se está a fazer na área da informática que também é desde o primeiro ano, porque também não fazia sentido dar computadores não dando inglês eu acho que é importante, eu acho que não se vê os efeitos de imediato, mas acho que estamos a fazer uma aposta e tu sabes isso, o próprio João Paulo sabe isso, tirando as questões políticas, a gente diz bem lá vêem os tipos a fazer propaganda, todos os dias vão computadores é uma festa e tal, agente também sabe que é assim, mas pronto também vale, a vida é como é, era o que faltava que agora envergonhadamente se desse os computadores, a Câmara da Amadora está neste processo e aliás estamos a criara todas as condições para que haja o acesso aberto a todas as escolas, para que todos os meninos que estão na escola possam ter acesso à internet, também não fazia sentido não terem, o Ministério está a fazer o investimento, os operadores estão a pagar aquilo que foi estão recordados uma factura anterior e o compromisso anterior ou seja o Estado quando foi a questão dos novos operadores não recebeu o dinheiro, mas havia um compromisso, uma obrigação dos operadores não dão nada de borla naturalmente, fazia parte das obrigações do Governo da altura do António Guterres, bom e quero dizer que acho que é um reforço daquilo que tem a ver com a formação dos nossos jovens, eu quero dizer ao Rafael eu por acaso fui a uma das escolas, e nós por acaso fomos das primeiras escolas, porque tínhamos capacidade de o fazer tendo em conta, que temos o sistema instalado e a ter o acesso à internet, é evidente que a nossa escola é uma escola que tem mais alunos do que em alguns Concelhos todos, é o que temos e eu vi a alegria daquelas crianças quero-te dizer, e vi os miúdos a abrir o computador e alguns já sabem abrir um computador que é uma coisa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

impressionante, é evidente que vimos isto em miúdos diferentes, não se vê a mesma há vontade nos miúdos do quarto ano e em miúdos do primeiro como é óbvio, bom e por isso essa questão e eu quero-lhe dizer que eu acho que é um bom investimento, podemos dizer bom é uma chatice, porque vai haver eleições para o ano e todos os meninos vão ter um computador e vão-se lembrar de quem é que lhe deu e tal, mas isso é a vida, isso faz parte da vida, agora por causa disso nós não damos computadores às crianças, também podem dizer a Câmara da Amadora, não sei quantas Câmaras há e duvido que haja mais alguma que dá refeições, que dá os lanches às criancinhas, também não deve dar lanche que isso é eleitoralismo não pode ser feito, não pode ser assim, o que investirmos na educação acho que vale a pena, agora há um princípio com o qual eu não concordo que há alguns Municípios e estou à vontade sobre isso, que estavam disponíveis a suportar a parte que os pais tem que suportar em relação aos computadores, aquela questão dos vinte euros ou dos cinquenta euros, eu quero-lhes dizer que não concordo com isso, não concordo, desculpem lá, e eu por acaso uma das coisas que mais me custou foi na terça-feira chegar a uma turma e apenas uma criança não tinha computador e quero-lhe dizer que isso é chocante, naturalmente que a criança estava chocada compreende, por mais que lhe expliquem não compreende, porque é que não lhe dão um computador, a única razão que não tinha mesmo sendo de borla é preciso que os pais autorizem e o pai não tinha autorizado, bem essa é uma parte, que essa sim é um parte chocante, não era a questão se era de borla ou se era de vinte euros, não era isso não houve autorização, e é óbvio que tem que haver autorização, mas estou certo que a criança vai recebê-lo como é evidente, todas as crianças estavam a receber e nós vamos naturalmente estender toda esta questão a todas as escolas do nosso Concelho, e acho que com isso estamos a trabalhar para o futuro é óbvio, porque naturalmente haverá muitos meninos excluídos no futuro em relação à questão das novas tecnologias como é evidente". -----

Antes de dar por encerrados os trabalhos, e tendo em vista a eficácia externa, por proposta do Senhor **Presidente da Assembleia**, a minuta da deliberação da Ordem do Dia, foi aprovada nos termos do n.º 3 do Art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, por unanimidade dos 33 membros presentes.-----

Finda a discussão da Ordem do Dia, o Senhor **Presidente da Assembleia** deu por encerrada a Sessão às 22 H 30. -----

A presente Acta, depois de aprovada, vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Rui Miguel Queiroz Correia, 1.º Secretário, que a redigiu. -----

António

Rui Miguel Queiroz Correia